

MULHERES E O LAZER ESPORTIVO NOS CAMPOS DE FUTEBOL

Priscila Augusta Ferreira Campos
Silvio Ricardo da Silva

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir a presença de mulheres no estádio de futebol, seu pertencimento clubístico e a presença de uma política pública inclusiva na área do lazer que possibilite um acesso diversificado da população aos bens culturais. Os resultados apontam que as mulheres estão presentes nos estádios, porém têm dificuldades de se legitimarem como cidadãs que têm um pertencimento clubístico e compreensão do futebol. Apesar dos ganhos recentes nas políticas públicas para mulheres, há muito a avançar. Esse é o caso do lazer, um direito constitucional e mais especificamente da assistência ao futebol, uma das formas de vivenciá-lo.

Palavras-chave: mulheres, futebol, torcedoras, lazer.

ABSTRACT

This study aims to discuss about the presence of women presence at football stadiums, the way they belong to the football team and the inclusive public policy in the leisure area. The results show that even though women are present at the stadiums they face difficulty to be recognised as citizens that are part of a football society and that comprehend how it works. Despite the recent improvements in public policy for women there's much more to be done. That's the leisure issue, a constitutional right, and the football assistance issue that's of the ways to live the previous right.

Key-words: women, football, female supporters, leisure.

RESUMEN

Este trabajo discute la presencia de mujeres en el estadio de fútbol, su pertenecimiento clubístico y la urgencia de políticas inclusivas en el sector del ocio que posibilite un acceso diversificado de la población a los bienes culturales. Los resultados enseñan la presencia de las mujeres en los estadios, pero poseen dificultades de se legitimaren como ciudadanas con un pertenecimiento clubístico y comprensión del fútbol. Aunque hagan ganos en las políticas públicas para mujeres, todavía debe avanzar. Ese es el cuadro del ocio, un derecho constitucional y más especificamente de la asistencia al fútbol, una de las maneras de vivirlo.

Palabras llaves: mujeres, fútbol, hinchas, ocio.

A presença da mulher no futebol está marcada em vários espaços. Entre eles podemos citar as crônicas de Coelho Neto¹, de Nelson Rodrigues² e de Luiz Fernando

¹ Coelho Neto foi um dos primeiros cronistas a utilizar o termo “torcedoras” e a descrever essa presença no estádio de futebol.

² Nelson Rodrigues, ao longo dos seus livros *A sombra das chuteiras imortais* e *A pátria em chuteiras*, apresenta a memorável personagem da “narinas de cadáver”.

Veríssimo³, a poesia de Anna Amélia⁴, as fontes iconográficas que testemunham sua presença nos *matches* do início do século XX, o cinema, os noticiários da atualidade e os artigos em *blogs*. Contudo, no campo acadêmico percebemos que ainda são poucos os trabalhos que investigam sobre a presença ou a ausência das mulheres na história dos esportes. Dentro desse limitado referencial teórico (limitado em quantidade, mas não em qualidade), grande parte dos trabalhos acadêmicos refere-se à mulher enquanto esportista (GOELLNER, 2000; MOURÃO, 1998 entre outros) ou, especificamente, enquanto atleta de futebol (MOURA, 2003 entre outros) sendo poucos os que procuram compreender a mulher enquanto torcedora e as relações e tensões que se estabelecem por trás disso.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivo discutir a presença de mulheres no estádio de futebol, seu pertencimento clubístico e a premência de uma política pública inclusiva na área do lazer e do esporte que possibilite um acesso diversificado de segmentos da população aos bens culturais, em um país que ainda impera desigualdades. Utilizamos, para essa sustentação teórica, artigos, teses, dissertações e livros que discutem a temática do futebol, no âmbito da torcida, do pertencimento clubístico e do lazer. Também foram consultados materiais sobre a temática de gênero, na busca de uma melhor compreensão dos papéis atribuídos à mulher na sociedade ao longo dos tempos.

Sabe-se que o futebol, para grande parte da população brasileira, é um referencial de lazer, tanto na possibilidade do jogo quanto da assistência e manifesta-se como uma linguagem da sociedade, sendo um fenômeno sociocultural. Como tal, está presente no cotidiano de homens e mulheres, adultos e crianças, jovens e idosos através da linguagem, do consumo de mercadorias relacionadas ao espetáculo futebolístico, da transmissão de valores e normas sociais, ou ainda na rede de sociabilidade e significados que se cria a partir do jogo.

O lazer é uma prática social e cultural, relacionada às diferentes dimensões da sociedade, e, segundo Werneck (2003), pode ser entendido como possibilidade de produção de cultura dos sujeitos através da vivência lúdica de diferentes conteúdos culturais inter-relacionados às ações, ao tempo e ao espaço-lugar. E, também, como tempo disponível no qual o indivíduo tem a opção de escolher uma atividade (prática ou contemplativa) que lhe proporciona uma sensação de liberdade e de prazer (PARKER, 1978; MARCELLINO, 2007).

Ao longo dos séculos XIX e XX, o lazer tornou-se um importante fenômeno social que foi gerado a partir das tensões entre a demanda das classes trabalhadoras e o sistema vigente. A luta pelo reconhecimento do direito ao lazer como um dos direitos humanos inalienáveis fez com que a Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo II, artigo 6º, dispusesse que:

são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 1988).

³ Já Luiz Fernando Veríssimo dedica um capítulo do seu livro *A eterna privação do zagueiro absoluto* com crônicas sobre a presença das mulheres no universo masculino do futebol.

⁴ Anna Amélia era uma torcedora, frequentadora do Estádio das Laranjeiras e que nutria um amor pelo goleiro do Fluminense, Marcos Carneiro de Mendonça, para ela, um deus grego. Dessa admiração nasceu o poema "O salto". Para leitura do poema, conferir em: MATTOS, Cláudia. *Cem anos de paixão*: uma mitologia do carioca no futebol. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Dessa forma o lazer deixou de ser considerado um benefício social concedido apenas aos trabalhadores, passando a ser tratado no conjunto de medidas políticas necessárias à melhoria da qualidade de vida de todos (PINTO, 2006).

O futebol, enquanto possibilidade de lazer, não ocorre somente dentro das quatro linhas que delimitam o campo de jogo, na disputa entre duas equipes. Se for levado em consideração o âmbito da festa, do encontro, das redes de sociabilidade existentes, nas arquibancadas uma grande quantidade de pessoas contribui para a realização e beleza desse espetáculo esportivo.

Essas pessoas podem ser denominadas como espectadores ou torcedores. De acordo com Reis (1998), o espectador de futebol “é todo indivíduo que assiste aos espetáculos esportivos” (*idem*, 1998, p.6), enquanto o torcedor é o “indivíduo que além de ser espectador com preferência por algum clube, é torcedor dele, e que manifesta essa predileção no decorrer dos jogos” (*ibidem*, p.6).

Dentre esses torcedores que frequentam os estádios de futebol, as mulheres têm ganhado destaque, já que cada vez mais elas vêm participando da construção desse espetáculo tornando-o uma das principais atividades de lazer, contribuindo para a construção de valores e (re) significados do futebol (COSTA, 2007). No entanto, essa incorporação apresenta alguns obstáculos e preconceitos, entre os quais, a dificuldade de legitimação da mulher como cidadã que é capaz de ter um pertencimento clubístico e interessar-se pelo jogo de futebol, compreendo-o em seus aspectos técnico-táticos, econômico, social, político e cultural. Esse quadro se sucede pela construção histórica em torno do futebol e da imagem da mulher (e do homem) na sociedade.

Há, na nossa sociedade, diferenças no acesso de vivências que homens e mulheres experimentam ao longo de suas vidas, relativo à construção de papéis sociais atribuídos a cada um dos sexos. Conforme Mourão (1998), às vezes de forma consensual, à mulher é proibido frequentar alguns espaços e, as que o faz, tem que enfrentar o ônus do preconceito e das opiniões contrárias. Essa construção e esse consenso se deram – e ainda se dão – de forma “natural”, através de discursos, ditados, provérbios, cantos, representações gráficas e silenciamentos dos sujeitos.

No entanto, a história silenciada das mulheres também foi marcada por movimentos por melhores condições de vida e conquistas de direitos. Esses movimentos e essa história ganharam notoriedade, a partir da década de 1970. Esse período, entre outros fatores, apresentou uma crise de paradigmas na escrita histórica, o que proporcionou uma busca por outros objetos de estudo, fato que deu uma visibilidade às mulheres, tornando-as sujeitos da história.

É nesse contexto, em meio a transformações e reivindicações, que surgem os estudos de gênero, com uma das finalidades de entender a construção histórica e social do que é ser masculino e feminino dentro de uma sociedade em dado contexto sociocultural. Sendo assim, o gênero é uma categoria de análise criada para explicar a persistência da desigualdade entre homens e mulheres e as diferenças hierárquicas que os distinguem. De acordo com Louro (1997), não se refere apenas as características sexuais, mas a tudo o “que se diz ou pensa sobre elas, tudo o que se representa, valoriza ou desvaloriza que, efetivamente, constitui o masculino e o feminino numa dada sociedade e num dado contexto histórico” (*idem*, 1997, p.68).

Segundo Louro (1997), ao longo dos tempos, as diferentes comunidades, por meio de suas instituições e práticas, construíram modos diversos de conceber e lidar com o tempo e o espaço. Instituíram o tempo do trabalho e o tempo do lazer, o espaço público e o espaço privado; além de apontar as formas adequadas para cada pessoa

ocupar esses tempos e espaços. Essas concepções e práticas foram e são apreendidas e interiorizadas, tornando-se, aparentemente, “naturais”.

Essa “naturalização” do dia-a-dia se dá pelo fato dos sujeitos incorporarem uma determinada estrutura social, influenciando em seu modo de sentir, pensar e agir, de tal forma que se tornem propensos a confirmá-la e reproduzi-la, mesmo que nem sempre de modo consciente. Em seus estudos sobre esse fenômeno, o sociólogo francês Pierre Bourdieu chamou-o de *habitus*. De acordo com esse autor, essa incorporação, repetida de forma indefinida faz com que o passado se perpetue.

Dessa forma, a visão dominante é vista como natural, normal, inevitável, enfim, na “ordem das coisas” (BOURDIEU, 1995). Cabe ao dominante determinar o que fazer, o que sentir, qual modo agir, que espaços ocupar. Dentro dessa lógica, a mulher teve seus espaços definidos e o seu lazer limitado.

Nesse contexto, é possível levantar questionamentos sobre quem são essas mulheres que não (não?) se enquadram nessa “ordem das coisas”, isto é, que frequentam o estádio de futebol. Compreender quem são essas mulheres que adentram nesse universo tido como masculino é muito importante para ampliar o olhar sobre o futebol como uma possibilidade de lazer da mulher no âmbito da torcida e da ida ao estádio.

Dentro deste universo masculino – o futebol, desde o início as mulheres ficaram limitadas às arquibancadas. Afinal, em um primeiro momento havia um consenso de que à mulher era inadequado praticar determinadas atividades esportivas⁵ e, em outro momento, o governo brasileiro baixou, em 1941⁶ e em 1965⁷, decretos que proibiam a prática de futebol pelas mulheres.

No ambiente das arquibancadas, a sua presença além de saudada era estimulada pela imprensa. De acordo com Costa (2007), a presença das mulheres da alta sociedade contribuiu para fornecer ao futebol uma atmosfera nobre, associando-o à elegância, tranquilidade e beleza.

Como ilustra Pereira (2000, p.76), “presença assídua nas arquibancadas durante os campeonatos, as ‘gentis *demoiselles*’ aumentavam o brilhantismo da festa e davam a nota alegre ao certâmen, torcendo ativamente e fazendo dos *sportmen* seus ídolos maiores”. Ainda segundo esse autor, a presença das jovens damas da sociedade nas arquibancadas contribuiu para transformar o *match* em evento social da moda, nos idos de 1900.

Em Belo Horizonte/MG, jornais do início do século XX também valorizavam a presença feminina nas arquibancadas. “As archibancadas achavam-se repletas do que há de mais selecto em nosso meio social e as gentis senhorinhas que alli se viam, muito

⁵ As atividades consideradas inadequadas eram aquelas que iam contra o ideal de feminino que se tinha sobre o corpo da mulher e a preocupação que isso pudesse interferir na sua função reprodutora e na sua responsabilidade de transmitir a moral da família brasileira. De acordo com Goellner (2000, p.143): “O suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, as competições, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os movimentos equivocados do corpo, os perigos das lesões, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher despertam suspeitas porque parecem abrandar certos limites que contornam uma imagem ideal de ser feminina”.

⁶ Em 1941, o presidente Getúlio Vargas baixou o Decreto-lei n. 3199, que trata no artigo 54 “Às mulheres não se permitirão a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza (...)” (MOREL, SALLES, 2006, p.8264).

⁷ Deliberação n. 7/65 tomada pelo Conselho Nacional de Desportos, com base no decreto n.3199/41, referindo em seu texto que a mulher “é vedada a prática das seguintes modalidades esportivas: futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rúgbi, halterofilismo e baisebal” (MOREL, SALLES, 2006, p.8264). Esta deliberação foi revogada pela deliberação n.10/79. Só sendo revogada em 1979 (BRASIL, 1979, p.20220).

concorreram para dar uma nota elegante e alegre ao ‘match’” (RIBEIRO, 2007, p.79). Nesse sentido, o futebol era um divertimento capaz de congrega a elite da capital mineira, exigindo um vestuário e uma postura adequada.

Percebe-se que no espaço resumido das arquibancadas a mulher procurava inserir-se no cenário futebolístico, implicitamente, exclusivo dos homens. Com isso, o futebol não era um esporte desconhecido e estranho no universo de lazer das mulheres da elite. Sair de casa, ir para a rua, para o jogo e, assim, ter a possibilidade de convívio, de se colocar além da fronteira do permitido era, de acordo com Moura (2003, p.35), “barganhar atitudes e posições com o universo futebolístico masculino.”

Ao longo das décadas, o público que frequenta os estádios de futebol mudou. A assistência não está mais exclusiva aos homens e mulheres da elite, os outros extratos da população também passaram a frequentar esse espaço de lazer, com a finalidade de torcer pelo time ao qual pertence.

No entanto, em meados da década de 1970, em Belo Horizonte, observou-se uma diminuição do público nos estádios, principalmente do público feminino. De acordo com os dados da Administração do Estádio Minas Gerais (1979), entre os anos de 1974 a 1978 observou-se um decréscimo em valores percentuais e absolutos desse público – “uma das atrações do ‘Mineirão’⁸”; sendo que a maior participação constava do ano de 1968. O redator do relatório atribui essa queda aos palavrões que passaram a ser ditos no estádio. Em outro momento do relatório, o redator escreve que a Administração do Estádio Minas Gerais está fazendo melhorias nos sanitários ao trocar as peças que foram estragadas ou danificadas por “torcedores que ainda não entenderam que o conforto colocado à sua disposição visa ao seu próprio bem” (ADMINISTRAÇÃO DO ESTADIO MINAS GERAIS, 1979, p.8). A denúncia desse fato auxilia a perceber que o público que frequentava o estádio estava deixando de apresentar condições adequadas de convívio social através dos atos de degradação.

Por conta de ações minimizadoras⁹ da referida conjuntura, de um maior destaque do futebol na mídia e de uma revalorização da presença feminina, percebemos, a partir da década de 1990, uma retomada da mulher nas arquibancadas dos estádios. Essa frequentadora dos estádios não assume somente o papel de expectadora como no início do século, assume também o papel de torcedora de um determinado clube, manifestando sua vinculação clubística.

O pertencimento clubístico pode ser entendido como uma das formas de identidade social¹⁰ a qual é formada pela relação estabelecida entre os torcedores e torcedoras e suas equipes. Isso corresponde a códigos, valores e atitudes que dizem sobre quem somos.

Esse pertencimento, em um nível simbólico, forma a ideia de uma coletividade exclusiva como a casa ou a família. Uma coletividade com laços de simpatia, sangue e amor que se escolhe voluntariamente entre tantas agremiações clubísticas. Sendo assim, torcer por um clube de futebol e transformá-lo como clube do coração é uma escolha individual e subjetiva influenciada por vários fatores externos: família, parceiro (a), mídia entre outros.

⁸ Mineirão é o nome como é conhecido o Estádio de futebol Governador Magalhães Pinto, localizado na cidade de Belo Horizonte.

⁹ Entre outras medidas podemos citar o aumento do efetivo policial e um maior controle da ação das torcidas organizadas.

¹⁰ Uma das formas de identidade social é pautada nos laços de sangue, isto é, a família. O sangue é transmissor de qualidades físicas e morais de um indivíduo. O passado familiar pode ser detectado no sangue, qualificando o parentesco (GOLDENBERG, 2004).

A paixão clubística transcende o próprio futebol, uma vez que pessoas com escassa ou nenhuma prática nesse esporte se dizem torcedores fanáticos, variando “apenas” a importância e o significado assumidos pelo futebol na vida de cada um (DAMO, 1998).

De acordo com Damo (1998), cada clube tem a sua origem e a sua história marcada por grandes e inesquecíveis conquistas e derrotas que habitam a memória do torcedor. Esses fatos remetem a uma determinada época, local e personagens, dentre os quais o torcedor faz parte. Ele é o responsável por recriar a trajetória do clube de acordo com a sua própria visão de mundo e recontá-la, tornando-se também parte dessa história. Afinal, os torcedores e as torcedoras têm certeza que suas manifestações enquanto torcida são responsáveis pelo bom desempenho do time.

Os comportamentos dos torcedores em relação aos símbolos que os identificam com os clubes sugerem um paralelo com a representação de nação proposta por Max Weber, porém nesse caso o termo pode ser entendido como uma “comunidade de sentimento”. Nesse local a pessoa deixa de ser indivíduo e passa a integrar uma totalidade, tornando-se um ser coletivo e assumindo papéis dentro da torcida. Dentro desse contexto, a noção de pessoa deixa de ter sentido e fornece lugar a noção de grupo (DAMO, 1998).

O estádio de futebol contribui a sedimentar esses valores, uma vez que nesse pedaço desenvolve-se uma rede de sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços de sangue (MAGNANI, 1996).

Segundo Magnani (1996), esse espaço de encontro mantém uma lógica: nem sempre os frequentadores se conhecem, mas se reconhecem enquanto portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo, modos de vida, enfim, um modo de ser.

Nesse espaço de sociabilidade, as mulheres ainda enfrentam dificuldades para expressar o seu torcer. Uma dificuldade encontrada é que além de terem que se firmar perante aos homens, precisam também se firmar perante as próprias mulheres. Costa (2007) relata que, perante aos homens, elas precisam passar pelo seu crivo tendo que provar que compreendem o futebol, necessitando fazer “comentários inteligentes” e compreenderem a regra do impedimento para serem aceitas – já que é essa regra um dos fatores de distinção entre as que compreendem ou não o futebol (GUEDES, 2006). Perante as próprias mulheres, é necessário fazer a distinção entre o tipo de torcedora, já que cada uma tem um *status*.

Costa (2007) descreve três tipos de torcedoras: as verdadeiramente interessadas no futebol e, com isso sabem conversar sobre o assunto, fazem comentários mais sérios e não se mostram interessadas pelo jogador; as “narinas de cadáver”, referindo à definição de Nelson Rodrigues àquelas que não sabem nem o que é a bola e as “Marias-chuteira” que não têm interesse pelo jogo, mas sim pela conta bancária do jogador, tornando-se uma figura mal vista.

Esses personagens estereotipados denunciam a necessidade de compreender melhor quem são as mulheres torcedoras que frequentam o estádio de futebol, torcem por um time e possuem um pertencimento clubístico. Saber quem são essas mulheres é de fundamental importância para que sejam vistas, tanto pelos homens como por elas mesmas, como cidadãs que tem a ida ao estádio de futebol como uma atividade de lazer, independente dos fatores subjetivos que estão relacionados a isso: atração por um jogador, fazer comentários inteligentes para se sentir respeitada no grupo, distinção perante outras mulheres, enfim.

É através de demonstrações como essa que se percebe a desigualdade da nossa sociedade em relação ao tratamento dado a homens e mulheres, além disso, de uma forma bem natural se vai construindo os valores do que é ser mulher e do tipo de torcedora que se pretende ser. Afinal, ao homem que frequenta o estádio de futebol não é questionado o seu torcer, o seu entendimento de futebol e nem a inteligência de seus comentários. Os questionamentos e os estranhamentos pairam, geralmente, sobre os homens que não gostam de futebol. São taxados de “esquisitos”, no entanto esse trabalho não pretende aprofundar nessa discussão.

Reafirmamos que conhecer quem são as mulheres que frequentam os estádios de futebol, é de grande importância para que possamos referenciar políticas públicas de lazer para as mulheres, no que diz respeito ao futebol. As políticas públicas não devem ser elaboradas somente através das ideias dos nossos administradores e no interior dos seus referidos gabinetes, e sim, referenciadas em demandas públicas e em dados que ao serem analisados podem servir de subsídio.

De acordo com Rua (1998), a formulação de uma política pública surge através de uma demanda, isto é, ideias e reivindicações originadas no meio ambiente pelos atores sociais e/ou no próprio sistema político. Essa demanda, embora possa causar insatisfação a um grupo de pessoas pode não mobilizar as autoridades governamentais. Dentro das políticas públicas esse estágio é conhecido como “estado de coisas”. Quando esse “estado de coisas” passa a preocupar as autoridades e passa a compor a agenda governamental, torna-se, então, um “problema político”. A partir desse momento, os atores políticos se reunirão para formular alternativas para solução da demanda.

Em relação às políticas públicas para as mulheres, muito já foi feito, mas pode-se avançar. O lazer é um direito constitucional e a assistência a um jogo de futebol é uma das formas de vivenciá-lo. No entanto, devido ao longo silenciamento da história das mulheres, que se deu pela ausência de documentação disponível que discutia sobre suas demandas e necessidades e pela dominação masculina da imprensa brasileira, todos os registros sobre as mulheres aparecerem sob o viés do homem (MOURÃO, 1998), com isso, as políticas públicas que a contemple ainda estão em construção¹¹. E, muitas vezes, direitos importantes são descuidados devido à grande demanda de querer suprir todas as necessidades ao mesmo tempo.

Um exemplo disso é o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres¹² que tem como objetivo ampliar e aprofundar o campo de atuação do governo federal nas políticas públicas para as mulheres para diminuir a desigualdade de gênero e raça/etnia, além de garantir a implementação de 91 metas, 56 prioridades e 394 ações distribuídas em 10 grandes áreas de atuação, a saber: autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; direito a terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios

¹¹ Um ganho nesse campo é a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, que objetiva estabelecer políticas públicas que contribuam para a melhoria da vida das mulheres brasileiras. Para maior conhecimento sobre essa Secretaria consultar: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/>.

¹² Para maior aprofundamento conferir em: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 204 p. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/II_PNPM.pdf>.

rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.

Destaca-se nesse documento de extrema importância que o tema lazer só é abordado e garantido, explicitamente, para as mulheres encarceradas. Parte-se do princípio que as mulheres livres têm o seu lazer garantido pela Constituição Federal de 1988. No entanto, será que o lazer dessas mulheres não cárceres é garantido mesmo? Será que os estádios de futebol no Brasil oferecem condições de infra-estrutura, segurança e respeito para que as mulheres os frequente?

O entendimento de todas essas questões levantadas é importante para compreender a presença da mulher nos estádios enquanto cidadã que faz parte de uma rede de sociabilidade gerada por um pertencimento clubístico e também para a formulação de políticas públicas inclusivas na área do lazer e do esporte que possibilite um acesso diversificado desse segmento da população a esse bem cultural que faz parte da identidade de brasileiros e brasileiras.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRAÇÃO DO ESTÁDIO MINAS GERAIS – ADEMG. *Relatório de atividades – 1978*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1979, 42p.

BRASIL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO – MINISTÉRIO DA FAZENDA: *Diário Oficial da União*, seção I – parte I: atos do poder executivo, 31 dez. de 1979, p. 20220.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, v.20, n.2, p.133-184, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

COSTA, L. M. O que uma torcedora? Notas sobre a representação e auto-representação do público feminino de futebol. *Esporte e sociedade*, n.4, p.1-31, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es405.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

DAMO, Arlei S. Bons para torcer, bons para se pensar: os clubes de futebol no Brasil e seus torcedores. *Motus Corporis*, v.5, n.2, p.11-48, 1998.

GOELLNER, Silvana V. Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica. In: FERREIRA-NETO, Amálio (org.). *Pesquisa histórica na Educação Física*. Aracruz: FACHA, v.5, 2000. p.127-149.

GOLDENBERG, Mirian. *De perto ninguém é normal: estudos sobre corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUEDES, Simoni L. Um dom extraordinário ou “cozinhar é fácil, mas quem sabe driblar como Beckham?”: comentários a partir do filme Driblando o destino. In: MELO, Victor A.; ALVITO, Marcos. *Futebol por todo o mundo: diálogos com o cinema*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.41-53.

LOURO, Guacira L. Construção escolar das diferenças. *Anais do IX Encontro Nacional de Recreação e Lazer*, Belo Horizonte: UFMG, 1997, p.68-76.

MAGNANI, José G. Quando o campo é a cidade. In: _____. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 41-56.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 12ed. Campinas: Papirus, 2007.

MOREL, Márcia; SALLES, José Geraldo do C. Futebol feminino. In: DACOSTA, Lamartine (org.). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. p.8264-8265. Disponível em: <<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/53.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2009.

MOURA, Eriberto J. L. *As relações entre lazer, futebol e gênero*. 125f. 2003. Dissertação (mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MOURÃO, Ludmila. *A representação social da mulher brasileira na atividade física desportiva: da segregação à democratização*. 308f. 1998. Tese (doutorado em Educação Física). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEREIRA, Leandro A. de M. *Footballmania*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PINTO, Leila M. M. *Políticas participativas de lazer*. Brasília: SESI/DN, 2006.

REIS, Heloísa H. B. *Futebol e sociedade: as manifestações da torcida*. 1998. 127p. Tese (doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

RIBEIRO, Raphael R. *A bola em meio a ruas alinhadas e uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)*. 2007. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, História e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RUA, Maria das G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: _____. CARVALHO, Maria (orgs.). *O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

WERNECK, Christianne L. G. Recreação e lazer: apontamentos históricos no contexto da educação física. In: _____. ISAYAMA, Hélder F. (org.). *Lazer, recreação e educação física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 15-56.

Rua Frei Manoel da Cruz, 515 apto 402
Bairro Liberdade – Belo Horizonte/MG – CEP: 31270-300
priafcbr@yahoo.com.br
pro.srs@gmail.com

recurso tecnológico necessário: data-show

